

Nem caos, nem salvação

Eduardo Brito

Não há dúvidas: o ajuste fiscal é imprescindível para que o governo Collor reúna condições para prosseguir seu programa econômico. Até o Fundo Monetário Internacional avaliza essa posição. No entanto, é também líquido e certo que o ajuste não passará pelo Congresso, pelo menos como um todo. Qualquer parlamentar sabe que apenas uma ou outra medida acabarão recebendo a aprovação do Legislativo, nunca o pacote completo.

O projeto de ajuste contém, inegavelmente, medidas impopulares. O fim da estabilidade dos servidores, o corte da aposentadoria por tempo de serviço, o aumento de determinados impostos, tudo isso é anátema para deputados e senadores, ainda mais em ano eleitoral. Essa questão, porém, tornou-se secundária. Há uma razão maior para que o Congresso resista ao ajuste, mesmo quando as mais equilibradas figuras do Governo acenam com a estagflação, a crise e o caos se o projeto não for aprovado. É que nem os parlamentares nem a população acreditam nisso.

Permeia o Congresso, como permeia a sociedade civil, uma profunda descrença nas previsões alarmistas apresentadas como consequência de não se fazer o que o Governo quer. Não se trata de culpa apenas desta Governo. Nem mesmo de seu antecessor. Vem dos tempos do general Figueiredo, mas as administrações que se seguiram só fizeram por aumentar uma desconfiança surda.

Desde a época em que se dizia que os salários eram os culpados pela inflação e se implantava via decreto-lei um deflator para os reajustes que a descrença se torna cada vez mais arraigada. Na verdade, sabiam todos, o deflator não tinha como objetivo ime-

diato o controle da inflação, mas a limitação dos gastos das estatais. A inflação era, talvez, o objetivo último, só que o caminho mostrava-se mais tortuoso.

De lá para cá os acenos à catástrofe tornaram-se mais frequentes. As medidas apresentadas como alternativa foram às vezes implementadas e às vezes não. A catástrofe não veio. Passaram o Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão, o pavoroso confisco do dinheiro. Nem se conseguiu o prometido, a recuperação da saúde econômica, nem o caos se delineou concretamente. Permaneceu apenas a estagnação e, com ela, a dúvida nunca respondida sobre o que é pior, se a doença ou os remédios apresentados.

Um exemplo recente pode ser dado pelo caso dos aposentados. Prevvia-se a falência do Brasil caso eles obtivessem o reajuste de 147 por cento. Houve dramática e arrastada batalha no Legislativo e no Judiciário. Veio o reajuste, mas a catástrofe, não. É evidente que as finanças da Previdência estariam em melhor estado sem o reajuste. Só que o caos não se abateu sobre o País.

Ministros sérios e respeitados, como Reinhold Stephanes ou Márcio Marques Moreira, não podem ser responsabilizados por isso. A descrença chegou antes deles. Alguma culpa, no entanto, deve ser partilhada por todos os administradores. No caso do ajuste fiscal, por exemplo, permitiu-se o acoplamento, a medidas tributárias defensáveis, de medidas no mínimo discutíveis. Um exemplo é o fim da estabilidade do servidor que, mais do que economia imediata, significaria uma orgia de nomeações a cada novo governo.

Não deve haver ilusões, porém. Tais distorções constituem algo de menor, dentro de um quadro amplo de apatia. Ninguém acredita no caos. E talvez ainda menos na salvação.

CORREIO BRAZILIENSE 27 JUL 1992